

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA — UFU

LAÍS DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
Uma Análise do Discurso Cotidiano**

UBERLÂNDIA

2025

LAÍS DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
Uma Análise do Discurso Cotidiano**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais,
pela Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Antônio Carlos Lopes Petean

**UBERLÂNDIA
2025**

LAÍS DE OLIVEIRA

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO:

Uma Análise do Discurso Cotidiano

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Uberlândia.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior
Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^a Dra. Rosemeire Salata
Universidade Federal de Uberlândia

UBERLÂNDIA

2025

Dedico este trabalho a todas as mulheres,
em especial à minha mãe, cujos ensinamentos me guiaram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha mãe, Maria Cristina, e ao meu pai, Waldomiro, que não mediram esforços para me ver formada. Reconheço o quanto trabalharam arduamente para me proporcionar esta oportunidade e o quanto me apoiaram nas decisões mais desafiadoras da minha vida.

Em segundo lugar, agradeço a todos os meus professores que me acompanharam ao longo da graduação, em especial ao meu orientador, Dr. Antônio Carlos Lopes Petean. Sua paciência, persistência e a constante troca de ideias foram fundamentais para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante todos esses anos de graduação, e até mesmo aqueles que passaram pela minha vida nesse período. Um agradecimento especial à minha irmã, Maisa, a minha amiga e guia intelectual, Livia Jager e por fim, ao meu companheiro Matheus Pedroza, cuja presença foi essencial para a conclusão desse ciclo. Obrigada por todo apoio e companheirismo!

Por último, agradeço ainda à energia do cosmos. O que alguns chamam de Deus, Alá, Brahma, Olorum ou Jah, o nome não importa, são os sentidos, o movimento simbólico que os conectam, que é o interessante. Por isso, expresso minha gratidão de forma holística ao trabalho intelectual, ao direcionamento, aos insights, às incertezas e até mesmo aos surtos, parte deste árduo e contínuo processo de formação nas Ciências Sociais.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como a violência de gênero se manifesta nos discursos do cotidiano, buscando compreender de que maneira as pessoas atribuem significados às suas experiências à luz da ideologia de gênero e das dinâmicas de poder presentes em nossa sociedade. Para isso, utilizamos a metodologia de Análise do Discurso de Linha Francesa, explorando as respostas obtidas em uma entrevista conduzida por Ana Terra e publicada em suas redes sociais (TikTok e Instagram) em 2024. Concluímos que as formações discursivas estão fortemente relacionadas à preservação de normas e sentidos estabelecidos, refletindo uma resistência à ruptura com os discursos ideológicos. Essa continuidade contribui para a perpetuação de significados que mantém a subordinação das mulheres.

Palavras-chave: violência; gênero; discursos

ABSTRACT

This study aims to analyze how gender-based violence manifests in everyday discourse, seeking to understand how individuals assign meaning to their experiences in light of gender ideology and the power dynamics present in society. To this end, we adopted the methodology of French Discourse Analysis, examining responses gathered from an interview conducted by Ana Terra and published on her social media platforms (TikTok and Instagram) in 2024. The findings indicate that discursive formations are strongly linked to the preservation of established norms and meanings, reflecting a resistance to breaking away from ideological discourses. This continuity contributes to the perpetuation of meanings that sustain the subordination of women.

Keywords: violence; gender; discourses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I — O PROBLEMA E O MÉTODO	10
CAPÍTULO II – O OBJETO DE ANÁLISE	21
CAPÍTULO III — A ANÁLISE DO OBJETO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise que se concentra nos detalhes das relações humanas, explorando o microcosmo das experiências cotidianas. Ele investiga, sobretudo, como a linguagem influencia a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Além disso, examinamos como as pessoas atribuem significados às suas experiências, considerando a ideologia discursiva de gênero e as dinâmicas de poder presentes em nossa sociedade.

A estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo trata do problema de pesquisa, que investiga de que maneira a violência — ou, mais precisamente, a subordinação da mulher — se manifesta nos discursos do cotidiano brasileiro. Esse capítulo também apresenta o percurso metodológico adotado, fundamentado na Análise do Discurso de linha francesa, com base nos estudos de Michel Pêcheux (1975) e Eni Orlandi (2001).

Para ilustrar como a subordinação da mulher se dá de forma violenta pela linguagem, o segundo capítulo traz o objeto discursivo submetido à análise: uma entrevista realizada por Ana Terra e publicada em suas redes sociais (TikTok e Instagram) no ano de 2024. Na ocasião, a entrevistadora abordou pessoas no calçadão da orla da praia do Rio de Janeiro, questionando-as sobre comentários que já haviam escutado apenas por serem homens ou mulheres.

Por fim, o terceiro capítulo destaca a relevância do método da Análise do Discurso para as Ciências Sociais, ao buscar evidenciar as formações imaginárias historicamente constituídas sobre os papéis sociais atribuídos a “homem” e “mulher”. Para tanto, são analisadas algumas respostas extraídas da entrevista, com o objetivo de demonstrar como a linguagem cotidiana, marcada pelo senso comum, contribui para a naturalização da subordinação da mulher.

CAPÍTULO I — O PROBLEMA E O MÉTODO

Nas Ciências Sociais e Humanas, o conceito de “gênero” começou a se consolidar entre as décadas de 1950 e 1960, impulsionado por esforços teóricos voltados à desnaturalização das formas de compreender a vida social. Esse conceito emerge, sobretudo, da distinção entre natureza e cultura, ao problematizar a noção de que as diferenças entre os sexos seriam exclusivamente biológicas. Passa-se, então, a compreendê-las como construções sociais, passíveis de interpretações distintas conforme o contexto cultural e histórico. Desse modo, o gênero introduz um novo olhar sobre a realidade, ao situar as distinções entre características atribuídas ao feminino e ao masculino nas hierarquias que estruturam o tecido social.

Considerado um dos primeiros estudos a investigar — mesmo antes da formalização do termo “gênero” — a construção cultural da assimetria sexual, *Sexo e Temperamento*, de Margaret Mead (1901–1978), realizado na década de 1930, compara etnograficamente três culturas da Nova Guiné: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. A obra foi pioneira ao demonstrar que os temperamentos e comportamentos atribuídos a mulheres e homens variam significativamente entre essas sociedades. Mead evidenciou que características tidas como “naturais” em relação ao gênero eram, na verdade, construções sociais, desafiando assim concepções universalistas sobre masculinidade e feminilidade.

Com essa comparação, dentro dos termos do culturalismo de sua época, Mead argumenta que os processos culturais interferem nos temperamentos e nas personalidades, concluindo que não é a base biológica — o corpo ou partes dele, como os hormônios — que explica as personalidades de homens e mulheres, o fator determinante é o aprendizado cultural (ALMEIDA, 2020).

Anos depois, um novo trabalho marca a popularização do termo “gênero”, a obra *O Segundo Sexo* escrita por Simone de Beauvoir (1908-1986), com sua primeira edição publicada em 1949. Nesse trabalho, Beauvoir investiga as construções sociais do gênero e suas implicações para as mulheres, concluindo que, no contexto das sociedades ocidentais, “o entendimento de gênero se estabelece a partir da relação de alteridade entre o ser homem e o ser mulher” (BEAUVOIR, 1970). De acordo com a filósofa, essa dinâmica se dá pelo fato de que “a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano”, pois “nenhuma coletividade se define como Uma sem colocar imediatamente a outra diante de si”. Essa noção a levou a desenvolver sua teoria sobre o dualismo entre o “Um” e o “Outro” e suas implicações (*idem*).

A construção do “Outro” ocorre por meio da oposição e da assimetria em relação ao “Um”, que é identificada como a unidade humana — o “homem” — reforçada por discursos religiosos e científicos. Assim, o masculino é previsto como o “primeiro sexo”, representado pelo gênero masculino e associado à categoria do homem, considerado o ser mais forte e, portanto, incumbido da proteção e da reprodução da espécie. Em contrapartida, o feminino é relegado ao “segundo sexo”, o “Outro”, representando o gênero feminino e a categoria da mulher, que é caracterizado por atributos de fragilidade, emotividade, submissão e cuidado. Dessa maneira, o conceito de “gênero” passou a ser entendido cada vez mais como um termo relacional, que reflete papéis e valores assimétricos, profundamente interconectados, embora diferentes (ZANELLO; SILVA, 2012).

Beauvoir afirma que, historicamente, as mulheres sempre ocuparam uma posição subordinada em relação aos homens, destacando como a supremacia masculina foi legitimada ao longo do tempo como um direito. A filósofa enfatiza que a concepção da mulher como o “segundo sexo” tem sido perpetuada por séculos em diversas esferas, como religião, filosofia, arte e literatura:

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios (BEAUVOIR, 1970, p.16).

O Segundo Sexo se tornou um marco porque demonstrou a importância de abordar as questões de gênero de forma crítica, reconhecendo a influência de fatores que transcendem a biologia. Beauvoir expôs a fundamentalidade de desnaturalizar certas diferenças tidas como inatas, porque sua atribuição à natureza reforça a crença em sua inevitabilidade, simplifica realidades complexas e contribui para a perpetuação de estereótipos, reforçando a desigualdade e a discriminação social.

As reflexões sobre as limitações e os problemas associados à visão que consideram a biologia como a única explicação para todas as assimetrias sexuais foram fundamentais para o desenvolvimento de abordagens teóricas que argumentam que a diferença sexual não se resume um simples efeito natural manifestado no corpo, mas sim um resultado inacabado, influenciado por uma variedade de intervenções sociais e culturais que moldam tanto o corpo, quanto a identidade.

Esse entendimento, que tem suas raízes no Iluminismo e vê a genitália como o substrato do gênero, começou a ser questionado nas décadas de 1970 e 1980, quando o termo “gênero” passou a ser compreendido de maneira mais complexa levando à reavaliação da noção de “natureza”. Os estudos de gênero, em especial aqueles impulsionados pelo feminismo, desafiaram a ideia de que a biologia possuía uma substancialidade inquestionável, contestando o determinismo biológico que frequentemente associava o “gênero” aos termos “sexo” ou “diferença sexual”. Essa nova construção teórica atribuiu uma maior profundidade ao conceito de gênero, estabelecendo-o como uma categoria fundamental para descrever e analisar as interações sociais.

No contexto do debate acerca da natureza e das causas da subordinação feminina, Gayle Rubin (1975) define o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, por meio dos quais necessidades sociais construídas são organizadas e satisfeitas. Ao refletir sobre o modelo de troca de mulheres proposto por Lévi-Strauss, a autora o interpreta como um ponto de partida para a formulação de conceitos capazes de explicar a subordinação das mulheres como resultado das relações sociais que organizam e produzem o sexo e o gênero (PISCITELLI, 2001). Segundo Piscitelli (2001), para Rubin os sistemas de parentesco — expressões empíricas e historicamente variáveis do sistema sexo/gênero — implicam a construção social de dois gêneros dicotômicos com base no sexo biológico, uma divisão sexual específica do trabalho que gera interdependência entre homens e mulheres, além da regulação social da sexualidade, que prescreve e reprime arranjos não heterossexuais.

Considerando a estreita relação entre as discussões feministas e o desenvolvimento do conceito de gênero, Adriana Piscitelli (2001), em seu artigo *Re-criando a (categoria) mulher?*, observa que, apesar das diferenças entre as vertentes do pensamento feminista, as abordagens formuladas ao final da década de 1960 compartilham alguns pressupostos centrais. Segundo a autora, “em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos”. Essas correntes reconhecem a subordinação feminina, mas rejeitam seu suposto caráter natural. Ao contrário, argumentam que tal subordinação resulta das formas pelas quais a categoria “mulher” é construída social e historicamente. Essa concepção é fundamental, pois parte do princípio de que, se é construído, pode ser transformado.

O desenvolvimento do conceito de opressão por essas pensadoras implicou um alargamento dos significados atribuídos ao político. Em suas discussões, elas contestavam concepções predominantes no pensamento de esquerda influenciado pelo marxismo, segundo

as quais a política se define como um discurso racional que estrutura a exploração e a opressão com base em categorias objetivas, como explorador/explorado e opressor/oprimido.

Para essas feministas, tal definição mostrava-se insuficiente para abarcar as especificidades da opressão vivida pelas mulheres, uma vez que elas podiam estar inseridas tanto em grupos considerados “oprimidos” quanto em grupos tidos como “opressores”. Além disso, sustentavam que todas as mulheres, independentemente de sua classe ou posição social, estariam submetidas a alguma forma de opressão. Essa ideia foi amparada na noção de que a opressão deveria ser compreendida a partir daquilo que as mulheres “experenciasssem” como opressivo.

Portanto, as questões que o movimento das mulheres definiam como políticas não podiam, muitas vezes, ser enquadradas nas coerções tradicionais do capitalismo e do Estado. Ao definir o político de tal maneira, que acomodasse novas concepções de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública.

Ao considerar que as mulheres eram oprimidas por ser mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão, se chegou à conclusão de que a opressão feminina deveria ser analisada no espaço em que as mulheres viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas. Assim, a ideia “o pessoal é político” foi implementada, para mapear um sistema de dominação que operava no nível mais íntimo da relação de cada homem com cada mulher. Essas relações eram, consideradas, sobretudo, políticas, na medida em que político é essencialmente definido enquanto poder.

Os trabalhos da filósofa Judith Butler, também são conhecidos por sua contribuição à compreensão do conceito de “gênero”. As discussões propostas por essa autora ampliam o conceito ao criticar os pares binários sexo/gênero e homem/mulher, desafiando a ideia de que essas categorias são fixas e essencializadoras. Ao afirmar que o gênero é construído e reafirmado por práticas e interações cotidianas, a filosofia contribuiu de maneira significativa para a consolidação do termo na academia, especialmente na análise das complexidades das identidades e das relações sociais.

Ao desenvolver uma discussão crítica sobre esses modos de operação que consideraram o sexo e o gênero como “dados”, ela propõe mostrar como foi construída a dualidade sexual, como diversos discursos científicos produzem essa dualidade discursivamente, desafiando o caráter imutável do sexo. Segundo Butler, é necessário reformular “gênero”, de maneira que

possa conter a relação de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discurso (PISCITELLI, 2001).

Em sua obra *Problemas de Gênero* (1990), Butler introduz o conceito de “performatividade de gênero” para demonstrar que o gênero não é uma identidade inata ou biologicamente determinada, mas sim uma construção social que se mantém por atos repetidos e ritualizados — performances culturalmente reconhecidas. Ela afirma que a produção disciplinar do gênero produz estabilizações falsas para os interesses da construção heterossexual e a regulação dentro do domínio reprodutivo. Desse modo, gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo produzindo a aparência de uma substância, de uma espécie de ser natural. Gestos esses que seriam “performáticos”, no sentido em que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios, em outras palavras, um ato intencional e, ao mesmo tempo, “performático”, no sentido de construção dramática e contingente de significado (*idem*).

A forma heterossexual de conceber o gênero molda as nossas relações sociais dentro de uma dinâmica de poder, em que a violência faz. Entendida como um instrumento para estabelecer, manter ou contestar o poder em diversos contextos, a violência influencia não só as estruturas de dominação, mas também as dinâmicas sociais e políticas. Na teoria sociológica clássica, as discussões sobre a temática estão frequentemente vinculadas às concepções de controle social e ao papel do Estado.

Sob essa perspectiva, o Estado é responsável pelo monopólio legítimo da violência, que visa a manutenção da ordem social. As pesquisas nas ciências sociais brasileiras mantêm essa tradição, concentrando-se principalmente na violência perpetrada pelas instituições estatais e na forma como o Estado gerencia a criminalidade. Articulados à teoria do Estado, esses estudos tendem a negligenciar outras manifestações de violência marcadas pela assimetria de poder, que acontece no cotidiano e numa dimensão interpessoal. (BANDEIRA, 2014).

No entanto, a violência transcende a mera manifestação de autoridade, ela interage e responde às dinâmicas de poder, como uma expressão difusa e integrada da própria rede de poder. Nesse sentido, a violência não é apenas um reflexo das relações de poder; ela também atua como um agente ativo que pode tanto estimular quanto desafiar a ordem estabelecida, contribuindo para a perpetuação das estruturas que marcam a vida em sociedade

Quando se menciona “violência”, a associação é frequentemente acompanhada de agressão física, especialmente no contexto de ações unilaterais que causam danos ou até mesmo

a morte. Essa conexão entre violência e agressão, seja física ou moral, é extremamente reconhecida e evidente. Mesmo na sociologia, que analisa os determinantes sociais de conflitos, crimes e guerras, persiste o desafio de distinguir o conceito de interações interpessoais que geram efeitos opressivos, muitas vezes legitimados pelo senso comum. No entanto, uma concepção contemporânea de violência, marcada por suas múltiplas dimensões e complexidades, nos convida a uma reflexão mais profunda sobre a diversidade de suas manifestações, incluindo as formas dissimuladas de violência, que também desempenham um papel significativo nas dinâmicas sociais (MISSE, 2016).

Nesse sentido, a “violência de gênero” proposta neste trabalho abrange uma série de práticas que impõem uma posição subordinada do sujeito com base em seu gênero. De acordo com Lourdes Maria Bandeira (2014), a qualificação e a análise da violência de gênero, ganhou destaque à medida que o movimento feminista desconstruiu a noção dominante de que as características sexuais eram inerentes à natureza das mulheres e dos homens, o que deslocou as concepções sobre os sexos do âmbito biológico, inserindo-as no contexto histórico e social. Portanto, a violência de gênero também se configurou em um campo teórico-metodológico a partir dos esforços do movimento feminista.

É fundamental reconhecer que a violência de gênero ocorre em contextos relacionais e interpessoais, inseridas em cenários sociais e históricos diversos, mas também é preciso levar em conta a concentração histórica desse tipo de violência sobre os corpos femininos. A questão da violência contra as mulheres foi um marco do feminismo brasileiro na década de 1980. Embora a expressão "violência contra a mulher" possa ter diferentes significados, dependendo de suas implicações empíricas e teóricas, Almeida (2007) observa que muitos de seus usos semânticos possuem sentidos equivalentes em diversas denominações, como violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero. Além disso, é importante ressaltar que os significados dessas categorias se desdobram e ganham implicações teóricas e práticas conforme as condições e situações em que se concretizam.

Os estudos feministas identificam a subordinação feminina como um dos pilares da construção de gênero, que associado à dominação masculina, sustentam as normas tradicionais de nossa sociedade. No entanto, esses estudos também confirmam que outros fatores integram a dinâmica da violência de gênero, deixando claro que, por si só, que a subordinação feminina e a dominação masculina são insuficientes para explicá-la.

Apesar dos esforços do movimento feminista para tornar pública a violência enfrentada pelas mulheres e evidenciar uma falha estrutural que transcendem as ações individuais, o poder

familiar ainda prevalece. Como resultado, não há uma ruptura significativa nas estruturas que definem os papéis de gênero na esfera familiar.

A violência contra a mulher, motivada pelas expressões de desigualdades baseadas no sexo, começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Além disso, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam em torno de disputas simbólicas e materiais que emergem nos espaços domésticos, projetando-se, assim, em outros contextos e sendo abordadas em diferentes esferas institucionais. Em suma, é a assimetria de poder que permeia o cotidiano de homens e mulheres, que estrutura e perpetua essas relações violentas. Essa manutenção da lógica familista, associada a fatores que frequentemente desencadeiam a violência de gênero, manifesta-se principalmente nas tentativas de conciliação de conflitos domésticos e intrafamiliares, tornando ainda mais desafiador o enfrentamento desse problema (BANDEIRA, 2014).

De acordo com Segato (2003), as relações interpessoais de convivência, isto é, que são construídas em ambientes privados e familiares, são solos férteis para a instalação e intensificação da violência de gênero. A célula elementar dos atos violentos é a violência moral onipresente que, muitas vezes normalizada, atua como o cimento que solidifica o sistema hierárquico de poder. Essa dinâmica revela como as estruturas de opressão se perpetuam através das interações cotidianas, tornando-se parte integrante da rotina nas relações familiares e interpessoais.

Um dos desdobramentos da violência do gênero é, então, a violência moral, o que Segato (2003) descreveu como “uma ação que envolve agressão emocional, ainda que não seja consciente e deliberada”. Trata-se de uma forma de violência que atua como base para outros tipos de violência de gênero, manifestando-se mesmo sem ofensas verbais explícitas, através de gestos, atitudes ou olhares que já estão inseridos no cotidiano das pessoas. Exemplos de violência moral incluem humilhação, intimidação, desqualificação, ridicularização, coerção moral, desconfianças, deslegitimação da sexualidade e a desvalorização diária — seja de sua personalidade, corpo, habilidades cognitivas, trabalho ou valor moral. É importante ressaltar que este trabalho acompanha a definição de violência moral proposta por Lourdes Maria Bandeira, a qual é semelhante à concepção de violência psicológica prevista na Lei Maria da Penha. Ela coloca que:

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e

intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem. (BANDEIRA, 2014, p. 460)

Dessa forma, a violência de gênero se manifesta de maneira sutil, como por exemplo, o controle do discurso. Esse controle, que não permite a ruptura. É justamente essa a discussão que o presente trabalho se propõe a refletir, sobre um controle desse discurso que naturaliza a subordinação da mulher. Para entender como se dá esse controle e como se expressa em uma violência, é fundamental, primeiramente, esclarecer o que se entende por discurso.

A construção teórica do conceito de discurso não está ligado a algo fixo e restrito. Ao contrário, emerge do entrelaçamento de diferentes momentos históricos e interações sociais. Fundado nas obras de Eni Orlandi (2011), este trabalho aborda o discurso não só como um meio de transmissão de informações, mas como parte de um sistema complexo de linguagem que influenciada por diferentes experiências linguísticas, socioculturais e históricas, constituem sujeitos e sentido. Entendendo as relações de linguagem fundamentalmente como interações entre sujeitos e sentidos, que resulta em efeitos múltiplos e variados. Por isso, Orlandi (2011) define o discurso como “um efeito de sentido entre locutores”.

A compreensão desse efeito de sentidos implica em considerar que não se trata apenas da comunicação entre os sujeitos, mas de um processo dinâmico de produção de significados e sentidos. Essa relação entre significados e sentidos é moldada não apenas pelo que está sendo dito, mas também por quem são os locutores, as circunstâncias em que a comunicação ocorre e como essas interações são atravessadas por um processo histórico, social e ideológico. Por isso, um enunciado pode ser interpretado de várias maneiras, mas isso não implica que qualquer interpretação seja válida, já que depende das situações históricas que envolvem aquele discurso; assim, ele é continuamente reformulado e ressignificado em resposta às situações e modos de expressão.

Entende-se por discurso do cotidiano, o discurso do senso comum, que muitas vezes parece inofensivo ou irrelevante, mas a sua presença é incessante e se faz notar em todos os aspectos da vida quotidiana. A questão que se coloca é: esse discurso é passível de análise? Segundo a teoria da Análise do Discurso, proposta por Eni Orlandi (2001), toda enunciação é suscetível a reflexão, uma vez que não existem sentidos unívocos que se sustentam fora de seus contextos. Por isso, é possível realizar uma análise dos discursos que permeiam o contexto do cotidiano, desde que se considere os processos históricos, culturais, sociais e políticos em que ele se insere.

No artigo *O Senso Comum e a Vida Cotidiana* (1998), José de Souza Martins, ao destacar que é no microcosmo do cotidiano que se revela o espaço e o tempo em que as vontades individuais são exercidas com eficácia, constituindo a força da sociedade civil e dos movimentos sociais, ele propõe uma reflexão sobre o conhecimento do senso comum na vida cotidiana. De acordo com o autor, a perspectiva erudita entende o senso comum enquanto banal, destituído de verdade, sendo considerado uma fonte de equívocos e distorções, assim como o mundo da vida cotidiana o qual ele faz parte. Mas essa noção esvazia o senso comum de sentido e condena irremediavelmente o homem comum ao silêncio e à condição de vítima das circunstâncias da História (MARTINS, 1998).

Ao apresentar a ideia de que "os homens fazem a sua própria História, mas não a fazem como querem, e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1961, p. 203), José Martins aponta que essa reflexão se concentra precisamente nas características, explicações e na eficácia do conhecimento inerente à realidade cotidiana, que até pouco tempo atrás era frequentemente recusado ou desqualificado em nome de seu suposto desencontro com a História. Afinal, o que significa fazer História sem ter consciência de que estamos fazendo isso? A proposta implícita nessa pergunta implica uma transição da Filosofia para a Sociologia, e, mais especificamente, para uma sociologia da vida cotidiana (*idem*).

Desse modo, é preciso reconhecer que é no refúgio da vida cotidiana que o homem descobre sua eficácia política e histórica, e que o senso comum não é apenas um instrumento de repetições e processos que imobilizam a vida individual e coletiva. Na verdade, ele não é comum porque é superficial. Ele é comum porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos nas relações do cotidiano. Nelas o significado compartilhado funciona como parte da interação. Além disso, os participantes não impõem significados uns aos outros, uma vez que o significado é reciprocamente experimentado por eles.

Entretanto, não se pode reproduzir relações sociais sem uma certa produção dessas relações; em outras palavras, não há criação de algo novo sem a reprodução do velho. Além disso, não existe produto sem obra, assim como não há vida sem História. É precisamente no breve fragmento de tempo do processo repetitivo gerado pelo desenvolvimento capitalista — o tempo da rotina, da reprodução e do cotidiano — que essas contradições iluminam o momento de criação e de anúncio da História, o tempo do possível. Embora essas frações de momentos se manifestem na vida cotidiana e possam parecer inatingíveis, são justamente elas que revelam ao homem comum que é na prática do dia a dia que se instalam as condições para transformar o impossível em possível. É nessas rupturas do cotidiano, da reprodução e da inviabilidade, que se instauram a oportunidade para invenção, ousadia, coragem e transgressão.

Para o método desta pesquisa, é preciso voltar aos estudos da “Análise de Discurso de Linha Francesa” (ADF), que surgiu na década de 1960 e gerou uma mudança paradigmática nos estudos da linguagem, influenciando simultaneamente as Ciências Sociais e Humanas. Inicialmente, esse método pode ser compreendida como um campo de conhecimento que questiona a linguagem e sua função social. Em seu livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, Eni Orlandi (2001) destaca que a principal função da ADF é provocar uma reflexão sobre a linguagem, desafiando a ilusão do domínio que temos sobre o que falamos e estabelecendo uma relação mais crítica e menos ingênua com a linguagem.

Ao romper com as tradições acadêmicas do século XIX, a Análise de Discurso se estabelece como um campo de investigação que dialoga com três domínios disciplinares: a linguística, o marxismo e a psicanálise. Seu objetivo é evidenciar que a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é linear ou direta. De forma resumida, a Análise de Discurso atesta o legado do materialismo, confirmando o contexto histórico em que os seres humanos constroem sua própria história, mesmo que não tenham acesso à sua totalidade, ao mesmo tempo que questiona o marxismo pelo simbólico. Interroga a linguística por desconsiderar a historicidade. E se delimita da psicanálise ao relacionar a ideologia e o inconsciente, sem se deixar absorver completamente por ele. Desse modo, o método rompe fronteiras, produzindo um novo objeto de estudo que impacta todas as disciplinas: o discurso.

Ao criticar o formalismo hermético da linguística, questionando a exterioridade que ela negligência, a Análise de Discurso deixa de interpretar a linguagem apenas pelo ângulo do sistema de regras formais, como era comum nos estudos discursivos, e passa a observá-la em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico e à divisão política dos sentidos, percebida como dinâmica e instável. Assim, o foco do estudo se desloca da frase para o discurso, uma vez que a análise não se limita à interpretação palavra por palavra, mas busca compreender a sequência como um todo em constante movimento (BRASIL, 2011).

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2001, p. 15-16).

Ao enfatizar a importância da interação no processo de construção do discurso, Orlandi (2001) amplia as ideias de Michel Pêcheux — considerado um dos fundadores da análise de discurso. Para ela, o discurso é sempre um produto de interação entre diferentes sujeitos,

contendo diferentes vozes (de contradição e negociação), passível de múltiplos significados que podem surgir a partir de diferentes contextos e que estão ligados à produção de conhecimentos que constitui as relações de poder na sociedade.

O discurso é, portanto, um campo de estudo rico que oferece *insights* sobre a condição humana e as dinâmicas sociais, configurando-se em uma ferramenta analítica, que permite a exploração dos processos de significação, demonstrando como as determinações sócio-históricas e ideológicas moldam a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Ao considerar que muitos discursos, embora pareçam arbitrários, são moldados por estruturas que orientam a maneira como uma sociedade entende e responde à realidade, entende-se que a Análise de Discurso é uma ferramenta de análise passível para as Ciências Sociais.

Logo, para compreender o discurso que naturaliza a subordinação da mulher, é fundamental relacioná-lo com sua exterioridade, ou seja, com as condições de produção que influenciam a maneira como os locutores articulam suas ideias. Essas condições incluem, essencialmente, os sujeitos envolvidos e a situação em que o discurso é gerado, sendo a memória uma parte integrante desse processo. Esse processo de análise é importante porque permite identificar as filiações de sentido, que remetem às memórias e circunstâncias (movimento simbólico) do objeto.

CAPÍTULO II – O OBJETO DE ANÁLISE

O objeto de análise deste trabalho é uma entrevista conduzida por Ana Terra Oliveira, estudante de Psicologia e influenciadora digital. Seu conteúdo, amplamente divulgado nas redes sociais, especialmente no Instagram e TikTok, consiste em abordagens diretas a homens e mulheres sobre questões de gênero nas ruas do Rio de Janeiro, utilizando apenas um microfone, uma câmera e um tripé. O vídeo curto tem a duração de 1 minuto e 27 segundos e foi publicado em 24 de abril de 2024. Na legenda, a influencer escreveu:

“Acho sempre muito curioso fazer a mesma pergunta para homens e mulheres. Mas sempre fico reflexiva sobre as respostas dos homens. Provavelmente todos os homens que eu conversei já foram cobrados a reprimir os sentimentos e serem fortes. Mas nenhum dos homens que eu entrevistei nesse dia (e todos os outros que conversaram e não toparam gravar entrevista) conseguiu acessar essa resposta. Talvez porque não seja algo tão nítido para a maioria dos homens...”

Neste vídeo, Ana Terra Oliveira investiga como a discursividade se apresenta de forma diferente para homens e mulheres no Brasil. Ao fazer as perguntas “O que você já ouviu só por ser mulher?” e “O que você já ouviu só por ser homem?”. Ana Terra coleta uma variedade de respostas.

É preciso dizer que, embora a postagem não especifique o local exato onde a entrevistadora aborda os participantes, as imagens sugerem que eles estão no calçadão da orla. Aparentemente, os entrevistados têm idades entre 20 e 35 anos e estão vestidos de maneira casual, na sua maioria em roupas de banho, indicando que estão em um momento de lazer ou descontração.

A edição do vídeo, que intercala diferentes momentos da entrevista, de maneira anacrônica, propicia uma continuidade temática que enriquece a compreensão em relação as respostas. A abordagem direta de Ana Terra favorece uma exploração profunda das narrativas, revelando experiências de gênero nas interações sociais.

A primeira entrevistada afirma: “É que a gente deveria saber fazer comida.”

A segunda acrescenta: “Eu subi né, no cargo lá na empresa, falavam que eu dava lá pro gerente.”

O primeiro homem observa: “Nossa, não tenho ideia cara. Difícil falar uma coisa que eu ouvi só por ser homem, sabe assim?”

A terceira entrevistada menciona: “Com certeza, assédio né.”

O segundo homem comentou: “Não sei, tipo de dirigir, por exemplo ‘homem dirige melhor do que mulher.’”

A terceira mulher complementa: “Quando a gente passa na rua de short e falam: 'Hum, gostosa, hum lá em casa.'”

Percebendo a dificuldade dos homens em responder, Anatterra provoca: “Tinha que ser homem, sei lá.”

O primeiro homem, que já havia sido questionado, disse: “Quando eu pego o pano de prato da minha esposa lá e limpo a cara, por exemplo.”

A primeira entrevistada continua: “Foi uma coisa marcante assim, inclusive da adolescência né, de saber que “cê” tem que aprender a cozinhar porque um dia você vai casar.”

O terceiro homem, seguindo a linha de raciocínio, acrescenta: “Pano de prato é pra isso aí, pra secar tudo aí, para secar o rosto, o prato, cai água no chão, seca também.”

A primeira mulher reafirma: “Ah, mas você é mulher, tem que saber se comportar.”

O primeiro homem observa: “Ela fala ‘pô, tinha que ser homem, né? Porque pano de prato é só para secar prato', tá ligado?”

A primeira entrevistada conclui: “Não fala muito palavrão, sabe se comportar, senta de perna fechada.”

Por fim, a quarta mulher, ao ser questionada sobre o que já escutou por ser mulher, responde: “Por ser mãe, já ouvi que não podia sair.”

Anatterra, buscando respostas mais profundas dos homens, pergunta ao terceiro entrevistado: “Teve alguma situação pior do que essa?”

Ele responde: “Assim, às vezes, um cara faz alguma coisa pra ajudar em casa ‘ah, é homossexual’, essas assim. Não é isso, o homem tem que ajudar em tudo. Eu ajudo minha esposa. Se não ajudar, eu apanho, né?”

A quarta mulher continua sua resposta: “Sempre me perguntam cadê meu filho, com quem ele está, se não tem perigo deixar ele com ninguém.”

Concluindo, Anatterra questionou a primeira e a segunda entrevistada: “Ou seja, vocês enfrentaram questionamentos sobre sua qualidade profissional por serem mulheres?”

A primeira mulher responde: “Mulher e negra, ainda por cima.”

A quarta mulher complementa: “Quem é o pai da criança, várias perguntas inconvenientes 'ah, essa aí deve sair com todos'.”

Anatterra então pergunta: “Fazem as mesmas perguntas ao pai?”

A mulher responde: “Não.”

Fim da entrevista.

A escolha desse objeto de análise está relacionada às formações discursivas que o atravessam, as quais possibilitam uma reflexão mais aprofundada sobre as diferentes construções de sentido associadas aos papéis de gênero, evidenciando, assim, a subordinação da mulher. Considerando a possibilidade de identificar uma estrutura de sentido na linguagem cotidiana, o foco recai sobre expressões comumente utilizadas no ambiente familiar, que refletem a lógica tradicional de gênero que constituem o imaginário social no contexto brasileiro. Tais expressões são acessadas por meio das experiências narradas pelos entrevistados.

CAPÍTULO III — A ANÁLISE DO OBJETO

Para começar a análise, primeiro passamos da superfície linguística (do material bruto do discurso) para o objeto discursivo. Esse “processo de de-superficialização”, chamado de materialidade linguística, está atento em quem diz, como diz, em que circunstâncias etc. De acordo com o texto da entrevista, os locutores estão nas posições sujeito “homem” e “mulher”, dentro das “circunstâncias linguísticas”, que são propriamente as perguntas que estruturam o texto: “O que você já ouviu só por ser mulher?” e “O que você já ouviu só por ser homem?”; e das “circunstâncias sociais/históricas ideológicas” da sociedade brasileira.

Por questões práticas, para esse primeiro momento da análise, limito as seguintes respostas: “Foi uma coisa marcante assim, inclusive da adolescência né, de saber que “cê” tem que aprender a cozinhar porque um dia você vai casar.”; “Quando eu pego o pano de prato da minha esposa lá e limpo a cara, por exemplo.”; e “Assim, às vezes, um cara faz alguma coisa pra ajudar em casa ‘ah, é homossexual’, essas assim. Não é isso, o homem tem que ajudar em tudo.”

Ao falarmos, escolhemos uma forma de dizer em detrimento de outra, e, ao longo da nossa fala, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre pode ser diferente. Esse mecanismo cria em nós uma ilusão referencial, que nos leva a acreditar em uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo, fazendo com que pensemos que o que dizemos só pode ser dito de uma determinada maneira. Por isso, o primeiro movimento de análise consiste em desfazer os efeitos dessa ilusão. A partir do material bruto — objeto linguístico-histórico — é construído o objeto discursivo, nesse momento estamos analisando o que é dito nesse discurso; o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas, que são constituídas a partir de diferentes contextos sociais, históricos, políticos etc. (ORLANDI, 2001).

É preciso referir um discurso às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e remetê-lo a uma formação discursiva, para compreendermos o processo discursivo e o que ele está indicando. Desse modo, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Ou seja, elas tiram seu sentido dessas posições em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

A noção de formação discursiva é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. A formação

discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito.

Para que o discurso constitua um sentido e não outro, aquilo que o sujeito diz tem que se inscrever em uma formação discursiva determinada. Por isso entende-se que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, os sentidos estão nas formações discursivas em que se inscrevem. Por sua vez, as formações discursivas, representam no discurso as formações ideológicas, o que faz com que os sentidos sejam determinados ideologicamente. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com os outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2001).

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, que disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra, ou seja, porque o sujeito optou por aquela formação discursiva e não outra. Portanto, pode-se dizer que os sentidos dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Mas vale ressaltar que as formações discursivas não são como blocos homogêneos funcionando automaticamente, elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.

Por isso, trago as contribuições de Joan Scott (2017), com seu artigo seminal *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), no qual a autora explica o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder, das sociedades ocidentais.

Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (SCOTT, 1986).

Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder.

Para Scott, com argumentos antigos, a propósito da boa ordem familiar como fundamento da boa ordem de Estado, a legislação que implementou esta visão redefiniu os limites da relação marital. A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não tem sido estudada a fundo. Os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres). Para ela, essas ações não fazem sentido a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder. Nesses casos, a diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres.

As relações de poder entre nações e a posição dos sujeitos coloniais têm sido compreendidas (e então legitimadas) em termos das relações entre homem e mulher. A legitimação da guerra — sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado — tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender mulheres e crianças que de outro modo seriam vulneráveis), até à crença no dever que teriam os filhos de servir a seus dirigentes ou ao rei (seu pai), e ainda as associações entre a masculinidade e o poderio nacional.

Dessa forma, Joan Scott demonstra como o conceito de gênero tornou-se uma das referências centrais pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e contestado. O gênero não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher, mas também o estabelece. Para a manutenção do poder político, essa referência precisa parecer estável e inquestionável — como se estivesse fora de qualquer construção humana, ancorada em uma ordem natural ou divina. Assim, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se elementos constitutivos do próprio significado de poder. Questionar ou modificar qualquer desses aspectos representa uma ameaça à estabilidade do sistema como um todo.

A questão da subordinação da mulher é evidente nas formações discursivas que estão sendo analisadas, o que nos faz refletir sobre as famílias parafrásticas que relacionam o que foi dito, com o que não foi dito. A construção dos sentidos depende das relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Contudo, essas formações não são blocos homogêneos que funcionam automaticamente; elas não são fechadas e estão sempre em conexão com outras formações discursivas que se direcionam a diferentes contextos. Essa amplitude e diversidade conferem às formações discursivas um caráter instável, evidenciando que os sentidos estão sempre sujeitos a interpretações e deslocamentos. Como observa Orlandi (2001), "as palavras

falam com outras palavras. Toda palavra é parte de um discurso, e todo discurso se delineia na relação com os outros: dizeres presentes e aqueles que se alojam na memória". Por conseguinte, o sentido não existe em si; ele é determinado pelas posições ideológicas que se manifestam no processo sócio-histórico em que as palavras são ditas.

Palavras idênticas podem ter significados diferentes porque são inscritas em formações discursivas diferentes. O uso das palavras ocorre sob condições de produção distintas e pode referir-se a diferentes formações discursivas. Isso caracteriza o trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve relacionar o dizer a uma formação discursiva (e não a outra) para compreender o sentido do que está sendo dito e do não dito. Desse modo, o conceito de formação discursiva atesta que as palavras não possuem significados nelas mesmas; os sentidos emergem das relações e das formações ideológicas nas quais estão inseridas.

Ao refletir sobre a linguagem de forma discursiva, Orlandi (2001) destaca o desafio de estabelecer limites claros entre o mesmo e o diferente. Ela argumenta que o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. A paráfrase, nesse contexto, representa um retorno aos mesmos espaços de enunciação, referindo-se ao que é contínuo em cada discurso, ligado à memória. Em contraste, a polissemia refere-se ao deslocamento e à ruptura nos processos de significação. Esses recursos coexistem e operam continuamente o dizer, constituindo um espaço onde todo discurso se faz precisamente nessa tensão entre o mesmo e o diferente. É nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia — na interação entre o que já foi dito e o que ainda está por ser dito — que os sujeitos se movimentam, traçam seus percursos e constroem sentidos.

Orlandi (2001) entende que a condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos são constituídos definitivamente, isto é, estão completos, já feitos. Eles constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, do espaço, da relação e do movimento. É essa incompletude que atesta a abertura do simbólico, pois é nessa falta que se faz o lugar do possível. No entanto, não é porque o processo de significação é aberto que ele não tenha sua rigidez, sua administração. É também por essa abertura que ele está sujeito à determinação, à institucionalização e à cristalização. Esta é ainda uma maneira de referir a linguagem aos limites tensos entre a paráfrase (mais do mesmo) e a polissemia (a ruptura).

Sujeito à falha, ao acaso, à necessidade, ao jogo e à regra, assim o homem (se) significa. O sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras. Entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso, no confronto do

mundo e da linguagem, entre o sedimentado e a se realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam.

Pela característica incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem e do simbólico, ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significativo. Nesse caso, nem o sentido e nem o sujeito se deslocam. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, o sujeito é pego pelos lugares (os dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera, ou seja, ela estaciona e só repete.

Os significados que mediatizam os relacionamentos entre as pessoas estão sujeitos a um complexo mecanismo de deciframento. Os interacionistas simbólicos mostraram como a interação só é possível por meio de procedimentos interpretativos que fazem da relação social uma construção (BLUMER, 1969). No processo interpretativo, o sentido aparece como evidência, como se sempre estivesse ali. Assim, o que é produzido na inter-relação entre o histórico e o simbólico torna-se naturalizado. “Não há discurso sem sujeito”, e “não há sujeito sem ideologia”. Conforme Michel Pêcheux, a ideologia e o inconsciente estão materialmente ligados e atuam como estruturas que ocultam sua própria existência em seu funcionamento, criando um tecido de evidências “subjetivas” nas quais se constitui o sujeito. Assim, o mecanismo ideológico propicia o apagamento da interpretação.

Esse mecanismo ideológico constrói uma ideia de transparência, fazendo com que a linguagem e a história pareçam simplificadas e naturais, como se não possuíssem complexidade para interpretação. Este é, de fato, o papel da ideologia: produzir evidências que colocam o indivíduo em uma relação imaginária com suas condições materiais de existência. Por isso, pode-se dizer que a ideologia é uma condição elementar para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. É importante lembrar que nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos contínuos, nos quais língua, história e ideologia atuam simultaneamente.

Por exemplo, na resposta: “Assim, às vezes, um cara faz alguma coisa pra **ajudar** em casa ‘ah, é homossexual’, essas assim. Não é isso, o homem tem que **ajudar** em tudo”. A palavra “ajudar” na segunda resposta pode ser interpretada de dois modos. O literal, enquanto positivo, no sentido de que; tudo bem o homem também fazer as tarefas domésticas, isso não significa que ele seja homossexual. E o sentido que reflete uma materialidade histórica.

Na nossa sociedade contemporânea, é comum que os homens não se reconheçam em igualdade de posição ou responsabilidade em relação às mulheres, especialmente no que diz

respeito ao contexto doméstico. Esse ambiente, por vezes, representa um dos poucos espaços nos quais as mulheres exercem algum grau de controle ou autoridade. A participação masculina em atividades tradicionalmente associadas ao feminino — como alimentar, educar, cuidar ou limpar — costuma ser percebida como uma ameaça à masculinidade, reproduzindo estigmas de gênero profundamente arraigados. Ademais, é importante destacar que muitos homens não se veem como responsáveis por esse tipo de tarefa, o que evidencia a persistência de uma divisão sexual do trabalho baseada em normas culturais e simbólicas que naturalizam a assimetria entre os gêneros. Explicitado na seguinte resposta: “Quando eu pego o **pano de prato da minha esposa** lá e limpo a cara, por exemplo.”

Para a segunda etapa da análise, a partir do objeto discursivo, procuramos relacionar as formações discursivas com suas formações ideológicas. Desse modo, atingiremos a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos nesse material simbólico. Através do mecanismo parafrástico, observamos seus efeitos metafóricos, vistos como transferência. É nessa passagem, do objeto para o processo discursivo, que passamos ao mesmo tempo o delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desses dizeres.

O processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, uma vez que há sempre um “outro” possível que o constitui. No exemplo “o homem tem que ajudar em tudo”, é possível propor uma reformulação que, embora mantenha a formação ideológica, apresenta um deslocamento sutil: “o homem tem que apoiar em tudo”. Nesse caso, observa-se a permanência de um mesmo eixo de significação. No entanto, também é possível identificar a ruptura e a descontinuidade com a seguinte reformulação: “o homem também deve se responsabilizar por tudo”. O deslize de sentido torna-se evidente na passagem de “ajuda” para “responsabilidade”, marcando uma mudança no modo de compreender o papel do homem.

Situação semelhante ocorre na comparação entre as expressões: “Quando eu pego o pano de prato da minha esposa” e “Quando pego o pano de prato da cozinha”. O deslocamento discursivo da figura da esposa para o espaço físico da cozinha revela um apagamento da mulher enquanto sujeito da ação, ao mesmo tempo em que reforça a naturalização da associação entre o ambiente doméstico e as tarefas tradicionalmente atribuídas ao feminino.

Esses exemplos permitem refletir sobre as associações ainda persistentes em torno do papel social da mulher na contemporaneidade. Uma das falas coletadas — “tem que aprender a cozinhar porque um dia você vai casar” — também pode ser ressignificada por meio de uma descontinuidade: “tem que aprender a cozinhar porque um dia você vai crescer”. Essa substituição evidencia como, desde cedo, as mulheres são socializadas dentro de um modelo

que as predestina à heterossexualidade compulsória, à instituição do casamento e à maternidade. Trata-se de um contexto em que elas continuam sendo responsabilizadas, quase exclusivamente, pelo trabalho doméstico e pelos cuidados cotidianos

Vemos aí a historicidade representada pelos deslizos produzidos nas relações de paráfrase que instalam o dizer na articulação de diferentes formações discursivas, submetendo-os à metáfora (transferências), aos deslocamentos: possíveis “outros”. Podemos falar as mesmas palavras, mas elas podem significar diferente. Essas palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas.

Levanta-se, neste ponto, uma outra questão: a diferença entre as referências mobilizadas por homens e mulheres ao falarem sobre seus papéis de gênero. Enquanto as mulheres relataram, com facilidade, situações recorrentes que vivenciam, muitas vezes marcadas por discursos que questionam sua integridade moral, impõem normas de conduta e limitam sua liberdade, os homens, por sua vez, compartilharam experiências que se afastam de referências violentas, revelando percepções bastante distintas. Nesse sentido, é possível afirmar que os discursos sobre os papéis sociais de gênero produzem efeitos desiguais para homens e mulheres, refletindo e reforçando assimetrias.

Para evidenciar como a linguagem pode ser utilizada para manter a subordinação da mulher e sustentar a dominação masculina — perpetuando, assim, normas opressivas — recorro às contribuições de Adriano Duarte em seu artigo *Do discurso da violência à violência do discurso* (2003). O autor defende que é no discurso que a violência se fundamenta e se alimenta, ou seja, que a linguagem não apenas comunica a violência, mas pode também a produzir.

O ponto de partida da análise de Duarte (2003) é a definição de discurso como uma troca de enunciados entre interlocutores que se reconhecem mutuamente como sujeitos dotados de competência verbal. Sendo o discurso uma realidade eminentemente interlocutiva, não é possível compreender sua dimensão violenta sem considerar a relação estabelecida entre os participantes ao longo da interação discursiva.

Para aprofundar essa compreensão da relação interlocutiva, Duarte (2003) recorre à noção de *potlatch*, desenvolvida por Marcel Mauss. Assim como no *potlatch* — um sistema de troca simbólica em que os participantes são obrigados a dar, receber e retribuir —, a lógica da interação discursiva é paradoxal: embora todos os falantes estejam obrigados a participar da troca de enunciados, espera-se que o façam de forma livre e voluntária. A recusa em dirigir-se ao outro, em aceitar a palavra do interlocutor ou em responder ao que foi dito representa, portanto, uma ruptura na relação social. A troca verbal, como o *potlatch*, assume um caráter

totalizante, na medida em que compreende, como um todo indissociável, a totalidade das experiências e dimensões da vida social.

É nesse processo de troca — e nos pressupostos que sustentam a enunciação — que se encontram as marcas da obrigatoriedade e da liberdade na interação verbal. Os interlocutores supõem, ainda que de forma implícita, que compartilham da mesma lógica paradoxal: estão obrigados a trocar enunciados, mas devem fazê-lo espontaneamente. A violência discursiva emerge justamente da violação desses pressupostos, ou seja, da recusa em reconhecer o outro como um parceiro legítimo de troca simbólica. Desse modo, a violência não constitui um valor fixo e homogêneo do texto, mas sim uma dimensão variável e relacional do discurso.

Segundo Duarte (2003), se a violência discursiva é possível, é porque toda interação verbal carrega em si uma dimensão potencialmente violenta. A linguagem funciona como uma cena de confronto entre enunciações oriundas de experiências distintas, muitas vezes incompatíveis entre si. Esse embate evidencia o caráter conflituoso da produção de sentido, o que faz da prática discursiva um campo permanentemente tensionado.

Outro aspecto relevante apontado por Duarte (2003) é a natureza polifônica do discurso, segundo a qual um mesmo enunciado pode conter múltiplas vozes — algumas assumidas pelo locutor, outras recusadas ou ironizadas. Essa polifonia possibilita o confronto entre diferentes formações discursivas, sendo que a violência pode ocorrer justamente na tentativa de silenciar, desmerecer ou anular certas vozes. Embora não seja um elemento semântico do texto, a violência é uma dimensão constitutiva da prática discursiva, uma vez que decorre da própria lógica dialógica da linguagem.

A polifonia discursiva comporta, por isso, sempre a possibilidade de confronto entre diferentes enunciados. Embora a violência discursiva não pareça ser um valor semântico dos textos, não é extrínseca à prática discursiva; é antes uma dimensão inerente à própria lógica paradoxal da instituição da linguagem. Podemos assim considerar a violência como ruptura para com os pressupostos que dão sentido ao estabelecimento, à manutenção e ao reforço dos laços de sociabilidade entre os interlocutores e que, deste modo, tornam razoável o discurso. A violência do discurso decorre da natureza dialógica da prática discursiva que se concretiza no processo de interação verbal.

Diante disso, cabe questionar: onde reside a dimensão violenta das formações discursivas analisadas neste trabalho? Ela se manifesta na naturalização do que pode ou deve ser dito — aquilo que é repetido porque “todo mundo diz” — e na exclusão dos que se recusam a reproduzir esse mesmo discurso. Em muitos casos, essa naturalização está tão enraizada que

o próprio locutor não constrói um sentido pessoal para o que diz: apenas repete enunciados já prontos, perpetuando sentidos que se mantêm há gerações e tornando-os inquestionáveis.

Assim sendo, a violência na discursividade está justamente na continuidade desses sentidos, que naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres. Em outras palavras, ela se manifesta na ausência de ruptura, na repetição automatizada que impede o surgimento de novos significados e preserva as estruturas opressivas de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, essas enunciações são formas de manifestação da violência porque seus sentidos perpetuam a naturalização da subordinação da mulher e reforçam a dominação masculina. Sempre que frases como essas são pronunciadas, servem para oprimir e perpetuar uma memória histórica de violência, entrelaçada à linguagem e à maneira como nos comunicamos. Por isso, a análise desse tipo de discurso é essencial, para compreender como a subordinação feminina se estrutura na linguagem, tornando-se uma presença constante em nosso cotidiano.

Com isso, reforço o questionamento de Scott: “Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como as coisas mudam?”. A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a re-interpretação ou, mesmo, a reescrita da narrativa edipiana, mas ela pode também servir para atualizar esse terrível drama em termos ainda mais eloqüentes. São os processos políticos que vão determinar qual resultado prevalecerá — político no sentido de que atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle. A natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do tempo e do espaço.

Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. Se tratamos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas.

Desse modo, só é possível reescrever os sentidos se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Gênero. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, v. 6, n. 3, p. 33-43, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/genero/>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 5 ago. 2014.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Tradução de Sérgio Milliet.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p. Tradução Maria Helena Kühner.
- BRASIL. Agência Senado. Senado. **O DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF**. 2024. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- BRASIL, Luciana Leão. MICHEL PÊCHEUX E A TEORIA DA ANÁLISE DE DISCURSO: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 171-182, fev. 2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Tradução de Renato Aguiar.
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu: Dossiê: Violência: outros olhares**, Campinas, n. 37, p. 9-41, dez. 2011.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 270-303.
- GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, sexualidade e Saúde. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, supplement 1, n. 10, p. 146-155, 1994.
- GOMES, Romeu. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. **Athenea Digital**, v. 14, n. 2, p. 237-243, 2008.
- HALL, Stuart. O Ocidente e o Resto: Discurso e Poder. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, São Paulo, n. 56, p. 314-361, 2016. Tradução Carla D'elia.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid *et al.* A categoria gênero das ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 63-81, jun. 2015.
- MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. São Paulo. **Interações**, vol. VII, núm. 13, jan-jun, 2002, p. 31-44.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10**(1): 1-8, maio de 1998.

MENDES, Conrado Moreira; SOUZA, Jocyare; SILVA, Sueli Maria Ramos da. A noção de acontecimento à luz da Análise do Discurso, da Semântica do Acontecimento e da Semiótica Tensiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 179-195, jan./abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1. A violência dramatiza as causas. **Violência Sob O Olhar da Saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**, [S.L.], p. 23-47, 2003. Editora FIOCRUZ. <http://dx.doi.org/10.7476/9786557081150.0003>.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, [s. l], v. 9, n. 1, p. 45-63, abr. 2016.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 16, p. 229-245, abr. 2008.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Violência e Saúde Coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-53, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. 3.ed. Campinas: Editora Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Cachos, tramas e laços: gênero e feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 25–52.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Do discurso da violência à violência do discurso. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, n. 16, p. 13-24, 2003. Edições Colibri

SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, 335 p. Bahianas collection, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, p. 71-99, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 26 maio 2025.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 2, n. 20, p. 267-279, 11 jul. 2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/745.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: App